



ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

O PAPEL DE UM JORNAL PARAIBANO NA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DOS CIGANOS

Mércia Rejane Rangel Batista¹

Izabelle Aline Donato Braz²

Jamilly Rodrigues da Cunha

Jessica Cunha de Medeiros

Caroline Leal Dantas do Nascimento

Universidade Federal de Campina Grande

RESUMO

Partindo do levantamento realizado em jornal diário de Campina Grande (PB), fundado em 1957, nos perguntamos como os ciganos que se encontram nesse estado são apresentados aos olhos dos leitores. Destacamos que na década de 60 estes grupos são invisibilizados, e nas seguintes (70, 80, 90 e 2000) estão restritos às páginas policiais. Nesse sentido, percebemos que os ciganos continuam a ser associados às imagens literárias, e que definem o grupo por uma suposta essência

¹ Professora Adjunta da UACS/UFPG e do PPGCS. A pesquisa se realizou no âmbito do Edital do PIBIC CNPq/UFPG 2011/2012. E-mail: mercia.batista1@gmail.com.

² Todas as co-autoras eram, à época, alunas do curso de graduação em Ciências Sociais da UFPG e bolsistas e/ou voluntárias do PIBIC, PIVIC-CNPq e do Programa PET-Antropologia MEC/SESu.

biológica/racial, gerando obrigatoriamente uma falta de moralidade. Contudo, na leitura de textos acadêmicos com temática afim, percebemos que muitos apresentam os ciganos como avesso aos processos de desenvolvimentos históricos¹. Questionamos tais teses, partindo dos materiais coletados, mesmo que nas páginas policiais. Por outro lado, identificamos através da literatura que versa sobre os ciganos na Paraíba² como esses grupos são concebidos no senso comum. Na visão compartilhada pela sociedade é determinante a condição de um povo sem lugar. Contudo, nas matérias de jornais encontramos uma variada condição dos ciganos, e percebemos como o jornal tem sido atuante na persistência do modo pelo qual a sociedade acaba por reproduzir o discurso acerca dos mesmos.

PALAVRAS-CHAVE: Ciganos; Jornais; Campina Grande (PB); Conflito; Imagem.

THE ROLE OF A PARAIBANO NEWSPAPER IN THE CONSTRUCTION OF GYPSY IMAGE

ABSTRACT

Based on a survey conducted in daily newspaper of Campina Grande (PB), founded in 1957, we wonder how the Gypsies who are in this state are presented in the eyes of readers. We emphasize that in the 60s these groups are invisible, and the following decades (70, 80, 90 and 2000) the crime pages are restricted. In this sense, we realize that Roma continue to be associated with literary images, and defining the group for an alleged biological / racial essence, necessarily generating a lack of morality. However, in reading academic texts with thematic order, we realize that many regard Gypsies as averse to the processes of historical development.¹ Such development theses have been questioned, starting from the materials collected, even from the crime pages. On the other hand, we identified through the literature dealing with the Roma in Paraíba² how these groups are designed on common sense. The shared vision for society is determining the condition of a people without a place. However,

in the field of newspapers we found a varied condition of the Roma, and we realized how the newspaper has been active in the persistence of the way in which society ends up reproducing the speech around them.

KEYWORDS: Gypsies. Newspapers. Campina Grande/PB. Conflict. Image.

Introdução

No Brasil muito se tem discutido sobre as questões étnicas, sendo que, os estudos sempre recaem em grupos indigenistas e/ou quilombolas, não enfatizando outros povos, como é caso dos ciganos. A partir de 2011 passamos a realizar estudos voltados para tais grupos, iniciando com a perspectiva teórica, passando por um levantamento histórico-documental, culminado finalmente em trabalhos realizados entre as “comunidades” ciganas que “vivem” na Paraíba.

No caso dos ciganos, embora de presença tão antiga no Brasil (são citados em documentos desde o século XVI³) tal permanência não implicou em reconhecimento ou visibilidade. Ao se construir uma história nacional, passando-se pelos povos ou tipos raciais (como era a linguagem da época), os ciganos permaneceram sem nenhum espaço significativo, um bom exemplo, são os livros didáticos. Dificilmente encontramos referências aos ciganos, e quando aparecem, o estigma que os envolve, prevalece.

No mundo moderno, especialmente na primeira metade do século XX, acreditou-se que as identidades étnicas estavam fadadas ao desaparecimento, já que a modernização aliada ao processo de urbanização conduziria a construção de um sujeito livre das marcas tribais. Ao contrário, o que se apresentou foi à emergência discursiva e prática de conjuntos humanos que desafiaram os participantes do campo, inclusive das teorias que vigoravam no campo da Sociologia e da Antropologia.

³ A literatura na área consagrou o registro mais antigo sobre ciganos no território recém-descoberto chamado Brasil, do ano de 1574. Ver Ferrari, 2010:86.

No caso específico da Antropologia, os diversos estudos desenvolvidos ao longo das últimas décadas e que utilizam as bases da teoria da etnicidade⁴, cujo autor de maior destaque é Fredrik Barth, têm atestado a permanência do fenômeno étnico, que evidencia-se nos protestos de imigrantes, nas reivindicações provenientes das comunidades quilombolas e ciganas, dentre outros, como também na emergência de novos atores sociais reivindicando marcadores diferentes da própria identidade, como mulheres/feminismo, orientais/mulçumanos, negros/afro-americanos. Independente de quais sejam os motivos de sua permanência - econômicos, políticos, culturais etc. - a etnicidade, solicita dos cientistas sociais uma atenção mais acurada, pois as antigas concepções racistas que associam as diferenças sociais às diferenças biológicas, também não desapareceram.

Nesta perspectiva os pesquisadores muitas vezes acabam priorizando alguns temas em detrimento de outros, parecendo ser legitimados mais precisamente por serem objetos de pesquisa mais relevantes que outros, e nos parece que aos ciganos não coube ainda tal interesse. Muitos dos materiais que compõem o acervo sobre ciganos focam na ideia de uma cultura originária, mantida apesar dos processos históricos, e que aprisionam todos os membros a uma condição atemporal. O chamado nomadismo constitui-se num elemento negativo: como é difícil para os membros da sociedade confiar em outras lógicas de deslocamentos, sem que se saiba quem efetivamente compõe aquela coletividade.

Do ponto de vista das Ciências Sociais, os problemas sobre raça e racismo são derivados de causas sociais, e assim, o emprego do termo etnia visa abordar essas questões a partir de aspectos sociais e não biológicos. Para Weber, a raça entendida como as características que são transmitidas pela hereditariedade, não interessa a sociologia, adquirindo relevância sociológica quando essas características são sentidas subjetivamente, servindo de explicação para o comportamento dos homens

⁴ Sobre grupos étnicos ver especialmente BARTH, F. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. In: Poutignat e Streiff-Fenart, 1998

uns em relação aos outros. E assim, Weber, apresenta uma distinção entre pertença racial e pertença étnica, a primeira sendo constituída a partir dos laços reais de sangue, ou seja, na comunidade de origem, ao passo que a segunda referindo-se à crença subjetiva em uma origem comum. (WEBER, 2004).

No Brasil, muito se tem a discutir sobre as questões étnicas. A história sobre a formação do povo brasileiro está estritamente relacionada com a ideia de que as contribuições de cada raça – branca, negra, índia – originou um povo sem preconceito, apto a miscigenação. Ou como diagnostica Roberto da Matta no seu clássico “Fábula das três raças”, criou-se pelo efeito de uma anunciação ideológico-fabular um país teoricamente miscigenado (MATTA, 1981). Então, não é de se estranhar que o senso comum, suportando por uma poderosa ideologia, insista na existência de uma “democracia racial”, na crença de uma convivência harmoniosa entre negros, índios e brancos, ou seja, na inexistência do racismo. É por isso, que a percepção da existência de comunidades ciganas pode criar tantos desconfortos à grande parte da população brasileira, acostumada a ignorar e naturalizar as questões étnicas. E no caso cigano, ainda com um elemento que nos desafia no presente exercício: como pensar populações que não são historicamente associadas a um território e que agora, por razões diversas, estão emergindo enquanto coletividade demandante de direitos e que se encontram vinculadas aos municípios, sem que com isso se instaure uma relação originária.

Para nós, estudar os ciganos implica em rever, em termos conceituais e históricos, muitas das concepções que embasam aparentes verdades científicas e também crenças sociais. Certamente, faz-se muito importante tornar acessível tais histórias, contextualizando-as no cenário em que os ciganos se localizam e o da cidade em geral.

A partir da Constituição de 1988, o Estado Brasileiro, pela primeira vez, passou a reconhecer o direito a identidades diferenciadas e coletivas. Algo que entra em franca oposição com as concepções ainda mantidas no seio da sociedade brasileira,

que propõe a existência de um só povo, resultante das misturas raciais – e com diferenças (apenas uma questão de grau) culturais. Diante disso, investigamos o cenário paraibano que se apresentou de modo bastante peculiar, possuindo grupos ciganos representados de maneira muito distinta, o que torna mais problemático, pois estamos pensando em universos espaciais muito próximos. Logo, nosso objetivo foi compreender como se configurou a presença/passagem dos ciganos no estado da Paraíba, e como posteriormente suscitaram questões acerca da construção do imaginário na sociedade.

Se as bibliografias lidas até o momento destacam a presença dos ciganos no sertão da Paraíba, especialmente em três localidades, Patos, Sousa e Marizópolis. Compreendemos através da pesquisa realizada no acervo do jornal e de conversas informais que tivemos com alguns ciganos, que a Paraíba apresenta uma população significativa. São José de Espinhares, Condado, São Mamede, Imaculada, Itapororoca, Santa Luzia, Soledade, Campina Grande e João Pessoa, são os locais indicados com a presença de ciganos, sendo em grupos maiores, ou ainda apenas famílias.

Pensando os ciganos enquanto grupos étnicos distintos

A etnicidade, termo polissêmico e com forte repercussão no campo da política, pode e deve ser entendida enquanto uma relação que se desenvolve a partir do contato (aproximativo ou delimitador) entre os grupos e, segundo Barth, está intrinsecamente referido à manutenção / construção de grupos sociais. Estes grupos só constituem suas identidades a partir dos processos interativos que são cotidianos e que geram formas de classificação social.

Ao se incorporar o termo etnicidade e as decorrências que advieram de tal incorporação, os campos de conhecimento das chamadas ciências sociais, foi possível não só abandonar o termo raça, como também as crenças que se vinculavam ao mesmo.

Os debates do século XIX tentam responder às questões postas por muitos dos participantes do campo acadêmico e político: quais são os princípios que fundam a atração e a separação de populações? Existe um princípio natural e legítimo que fundamente um Estado-Nação? Autores como Renan (1800X), dentre outros, enfrentam a onipresença da categoria raça enquanto o fator explicativo do social; porém, enquanto fator determinante de atributos físicos, a raça não interessa ao cientista social, apenas quando é sentida subjetivamente como uma característica comum a todo um grupo. O conceito de etnia também não pode ser confundido com a ideia de raça, se entendermos que a ideia de nação consiste numa sociedade unificada por um governo comum, onde os indivíduos são unidos por laços políticos comuns, tais como a língua, o território. (FRANCIS apud POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998).

Desta forma, a identidade étnica tem sido um conceito bastante polêmico e não tão recente, visto que vai ser apresentado e discutido no clássico texto de Weber (1922) onde se conceitua grupos étnicos como aqueles que alimentam uma crença subjetiva em uma comunidade de origem fundada nas semelhanças de aparência externa ou de costumes comuns, nutrindo uma crença na ancestralidade comum, reconhecendo padrões que os diferem das características de determinado grupo, a chamada consciência étnica. Para Weber, a etnicidade é uma relação movida pelo contato e aproximação entre os grupos, sendo os fatores culturais elementos importantes na construção das relações étnicas, mas não determinantes. Nesse sentido, a etnicidade não se caracteriza pelo isolamento entre os grupos, e sim pelo seu contato, ou seja, os elementos culturais não são determinantes na definição de etnicidade, e sim as relações existentes nas fronteiras étnicas (CUNHA, 1986). Desta forma, eles existem apenas pela crença subjetiva que têm seus membros de formar uma comunidade e pelo sentimento de honra social compartilhado por todos os que alimentam tal crença. A pertença étnica determina, assim, um tipo particular de grau social que se alimenta de características distintivas e de oposições de estilos de vida,

utilizadas para avaliar a honra e o prestígio segundo um sistema de divisões sociais verticais. Mas essas características distintivas só têm eficácia na formação dos grupos étnicos quando induzem a crer que existem, entre os grupos que as exibem, um parentesco ou uma estranheza de origem. (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 38)

Desde o século XX, o conceito de etnicidade vem ganhando espaço nas ciências sociais, e é mais precisamente na década de 1970 que o termo irá se impor nesse campo, a partir do momento em que tomam como o seu objeto de estudo as migrações de grupos de origem e culturas diferentes e as relações de contato entre estes grupos e à sociedade global. Barth (1969), num certo sentido, retoma algumas de suas principais colocações para compreender os grupos étnicos, e suas ideias tornaram-se um divisor de águas na teoria antropológica no que diz respeito à organização das diferenças culturais para a interação social. A questão não era mais estabelecer a delimitação estrita de uma comunidade pensada em termos culturais, mas a maneira como tais tipos organizacionais são socialmente articulados e mantidos pelas fronteiras étnicas.

Ao analisar a manutenção das fronteiras, Barth baseia-se na interação social, na transição destas fronteiras, e não apenas nas diferenças culturais, pensando em termos de sociedades poliétnicas. A diferença cultural só é importante – torna-se operacional - quando é percebida como sinal diacrítico. A partir da manutenção de tais fronteiras os grupos étnicos se diferenciarão de outros por alegarem uma origem comum na história do grupo, se auto atribuindo e assim sendo reconhecido pelos demais.

No caso do Brasil, Seyferth (1987) também definiu conceitualmente grupo étnico, considerando a inclusão de aspectos importantes como o fato do grupo possuir uma identidade específica, atribuindo a particularidade de uma cultura, origem e histórias comuns. Quando nos debruçamos sobre a construção e manutenção de identidades étnicas, e se como exemplo pensarmos nos grupos indígenas, nos deparamos com a chamada emergência indígena, que foi discutida e

conceitualizada no texto de Oliveira (1999) através das noções de etnogênese e territorialização. Deste modo, a etnogênese abrange a emergência de novas identidades étnicas, assim como o ressurgimento das etnias já reconhecidas. Tal processo vem se impondo como característico no caso do Nordeste brasileiro nos últimos vinte anos, fazendo com que se reestabeçam também os territórios indígenas, promovendo a desnaturalização da categoria mistura, e descrevendo os processos que permitiram a manutenção/construção de tais grupos étnicos, enquanto grupos que se pensam e agem como distintos.

Nos processos de reconhecimento étnico que veem sendo instaurados em comunidades negras quilombolas, por exemplo, a teoria sobre grupos étnicos têm sido quase que consensualmente utilizada. A abordagem sobre os remanescentes de quilombos, antes considerado campo de estudo de historiadores vêm abrindo espaço para os antropólogos, que tem se ocupado com situações sociais concretas, estabelecendo contato com comunidades formadas por pessoas de carne e osso, que cobram tanto de historiadores quanto de antropólogos uma reflexão acerca dos conceitos que são utilizados neste cenário. O mesmo se fazendo quando lidamos com as populações ciganas.

A análise das situações concretas permite então, apreender os processos de construção de identidades e nos ajudará a entender a emergência de novos sujeitos políticos em contextos rurais, como é o caso dos chamados remanescentes de quilombo. Desse modo, nos referimos à necessidade de se realizar uma leitura crítica da definição de cigano, ainda utilizada por muitos estudiosos, que insistem em utilizar um conceito que aprisiona os mesmos em momentos históricos ligados ao passado e no qual o local de origem parece ser capaz de explicar tudo. Tal postura nos apresentam definições bastante restritas, que desconsideram a multiplicidade de experiências históricas. Nas palavras de Almeida (2002) é necessário que nos libertemos da definição arqueológica, da definição histórica *stricto senso* e de outras que se apresentam “frigorificadas”.

O contraste encontrado entre grupos ciganos e grupos indígenas nos leva a pensar em uma chave importante de discussão: os índios são e foram confrontados com processos de invisibilização, quando contrastados com os chamados índios 'puros'. Por esta razão a retórica utilizada em tal campo implica na eleição e (re)significação de traços que passam a operar enquanto sinais diacríticos. Vamos ter uma luta para que se possa ser aceito enquanto índios 'de verdade'. Contudo, os ciganos utilizam bem os sinais diacríticos: roupas, adereços, língua e etc. E ao contrário, de grupos indígenas, não reivindicam a identidade diferenciada e não buscam legitimar uma cultura (ou uma aparência física) e, contudo, são confrontados cotidianamente com a condição cigana. O que indica que é a sociedade envolvente que lhes faz viver a condição da diferença, de tal modo que ser cigano parece uma resposta natural a uma condição racial.

Os ciganos na Paraíba

As leituras realizadas nas bibliografias sobre os ciganos na Paraíba nos permitiu acessar um tempo já vívido no qual as relações entre ciganos e não ciganos eram bastante distintas daquelas que hoje são percebidas. Através das etnografias elaboradas com "grupos residentes" em Sousa e Patos, apreendemos que o processo de interação se existe, se dá de forma bastante delicada. Em Sousa os ciganos eram temidos e rejeitados, e no "jogo relacional" também incorporam o papel que lhe é dado. (GOFFMAN, 1989).

Por essa razão, em Sousa, os ciganos eram evitados, e o fato de estarem sedentarizados, ao mesmo tempo em que garante a tentativa do "falseamento" por parte da população com referência a uma identidade étnica, não acaba com a imagem de que ali vive um povo sem raiz, desordeiro, formado por indivíduos de nenhum lugar. Em Patos, por sua vez, segundo Camilo (2011) os ciganos não assimilam uma diferença marcada pelo fato de serem ciganos, apesar de morarem

em dois barros periféricos (Sete Casas e Vila Cavalcante) estes não apontam uma situação de conflito com a sociedade em geral, mas dizem serem vítimas de discriminação pela condição de pobreza e por viverem num local visto como popular. Assim, divergindo da situação que permanece em Sousa, a cidade de Patos mantém um olhar de invisibilidade com relação a esse grupo, “parecendo ser a pobreza o determinante maior para o preconceito.”

Se nos deparamos com um cenário onde os ciganos estão praticamente inseridos dentro da sociedade local, percebe-se que o fato de manterem com os moradores da cidade tamanha interação faz com que eles alcancem outro patamar no quesito discriminação: se não são vistos como ciganos, a única ameaça que representam para os moradores consiste no fato de serem pobres e viverem em ambientes de alta periculosidade. A pobreza é uma ameaça, e a cultura não é vista, ou sentida. (Camilo, 2011, p. 93)

Goldfarb (2005), por sua vez, afirma que os ciganos de Sousa precisam sempre acionar o “tempo de atrás” acabando por construir uma lógica que justifique o momento atual em que vivem, reafirmando assim a condição de ser cigano mesmo estando fixados na cidade. Deste modo, os ciganos são grupos étnicos distintos, que afirmam sua cultura através de elementos que se exteriorizam cotidianamente nas fronteiras étnicas. (BARTH, 1969). Como uma performance os ciganos exprimem sua condição no contato com aquele que não possui a “sua alma”. Percebemos o quão distintas são as realidades dos ciganos de Sousa e Patos, enquanto em Sousa há uma demarcação nítida em Patos há um processo de camuflamento, uma identidade que se esconde em função de uma outra, talvez mais fácil de ser encarada, a identidade de “pobres”.

E foi com esse pensamento que iniciamos nossa “investigação”, pensando em grupos performáticos que apesar de estarem organizados politicamente, apresentam demandas que divergem de outros grupos étnicos como é o caso dos quilombolas

ou indígenas. Deste modo, os ciganos se configuram como um grupo étnico singular, não podendo ser pensados de forma generalizada, mas em casos específicos de demandas, processos, e fronteiras.

Se as bibliografias lidas até o momento destacam a presença dos ciganos no sertão da Paraíba, especialmente em três localidades, Patos, Sousa e Marizópolis, compreendemos que a Paraíba apresenta uma população bastante significativa. São José de Espinhares, Condado, São Mamede, Imaculada, Itapororoca, Santa Luzia, Soledade, Campina Grande e João Pessoa, são os locais indicados com a presença de ciganos, se constituindo em grupos maiores, ou ainda, apenas pequenas famílias.

No nosso caso, o primeiro momento da pesquisa, acabou se constituindo num período de redescoberta no que diz respeito à história dos ciganos que vivem (ou viveram) em Campina Grande. Nosso propósito aqui não é "classificá-los" a partir dos dados que até o momento foram coletados, classificando-os em categorias sociais. No entanto, nos interessa afirmar que na Paraíba, e mais precisamente em Campina Grande a trajetória dos ciganos é antiga e bastante interessante, é dotada de laços, redes, e acontecimentos que vão de contraponto ao que muitos autores pensaram e pensam sobre esse mundo.

Os acontecimentos que envolveram os ciganos na Paraíba acabaram por reforçar um imaginário que historicamente atribui aos ciganos uma condição de "marginalidade", por conseguinte, percebemos que no senso comum a criminalidade é um elemento que corrobora o "ser cigano". Diante disso, tentando sintetizar esse período em que pesquisamos no jornal Diário da Borborema, foi percebido que entre as décadas 60/70 os ciganos foram invisibilizados nas páginas dos jornais. Por outro lado, na década de 80 são fortemente evidenciados como protagonistas de crimes entre membros de sua própria família. Nominada como: "Guerra cigana", "Saga cigana", "Chacina cigana", as notícias davam conta de uma sequência de mortes, onde o motivo inicialmente era um conflito por herança, e posteriormente por uma

questão de vingança, sendo só elucidado na década 90, e os seus acusados foram absolvidos por unanimidade.

Percebemos que diferentemente dos moradores de Sousa e Patos, que quando confrontados, evidenciam o “ser cigano” (mesmo de forma estereotipada) de modo quase automático. Na cidade de Campina Grande o que se percebe é um receio ao questionarmos a população a respeito dos ciganos, isso se acentua, quando tentamos remeter a situações do passado. Desse modo, acreditamos que a forma pela qual os acontecimentos foram enfatizados no jornal, situando diretamente como responsáveis os membros da família dos assim chamados “Cavalcante Targino”, reforçou o imaginário, já estigmatizado que envolve o mundo cigano.

Algo que nos chamou bastante atenção foi o papel do Diário da Borborema diante dos crimes ocorridos, sendo inclusive um meio de divulgação de ameaças, anúncio de mortes e denúncias. Esses sem dúvida foram as principais funções do jornal, que de forma parcial e bastante sensacionalista, evidenciava frases como “os ciganos não dão trégua”, “mais uma morte entre os ciganos”, “briga por herança”, a “vingança cigana”, “todos irão morrer”, “ninguém será poupado”⁵, o que acabava por gerar alguma uma verdadeira tensão na cidade.

Neste caso, pressupomos que o Diário da Borborema, sendo um veículo de grande penetração e amplo acesso por parte da população de Campina Grande, foi atuante na construção e persistência de um modo pelo qual a sociedade estabeleceu os meios para “classificar as pessoas e os atributos tidos como naturais, comuns, aceitáveis”. (GOFFMAN, 1960) Conseqüentemente, toda vez que os ciganos são citados e da forma que são mencionados, demonstra para a sociedade que estes não se encaixam nas categorias vistas como legítimas no senso comum, assim são considerados como indesejáveis, e, por conseguinte estigmatizados.

⁵ Trata-se de termos encontrados nas páginas dos jornais.

Pensando o cenário atual

No passado os ciganos eram vistos como grupos à parte da sociedade. Pelo fato de serem viajantes, de não se fazerem fixos na região onde passavam, característica na qual é mal referenciada pela população envolvente, sendo perseguidos e discriminados secularmente, muitos grupos foram expulsos de cidades/países, etnias exterminadas, dizimadas pelo holocausto nazista, e por tantos outros genocídios ao longo dos séculos. Como um exemplo, podemos destacar a informação trazida por Fonseca (1996), ao se referir ao ódio que emergiu contra os ciganos nos países do leste europeu, quando da quebra do modelo socialista:

A transformação mais dramática para os ciganos da Europa central e da Europa ocidental, desde as revoluções de 1989, foi a dramática escalada de ódio e violência contra eles. Houve mais de 35 ataques sérios a assentamentos apenas na Romênia, sobretudo nas áreas rurais mais remotas, principalmente na forma de incêndios e espancamentos, apesar de alguns ciganos terem sido assassinados e crianças mutiladas. (FONSECA, 1996, p. 161).

No entanto, ainda hoje os ciganos constituem uma população impossível de ser contada em qualquer parte do mundo, mesmo quando ironicamente também formam aquilo que é chamado da maior minoria étnica.

A maior população cigana se encontra na Europa Central e Oriental, principalmente na Romênia. Segundo Fonseca (1996) e Moonen (2011)⁶ os ciganos

⁶ "A História escrita dos hoje assim chamados "ciganos" não vai além de um milênio. Um dos documentos mais antigos é de um monge grego segundo o qual, no ano de 1050, o imperador de Constantinopla (hoje Istambul, na Turquia), para matar uns animais ferozes, solicitou a ajuda de adivinhos e feiticeiros chamados Adsincani. No início do século seguinte, outro monge se refere a domadores de animais, em especial de ursos e cobras, e a indivíduos lendo a sorte e prevendo o futuro, que eram chamados Athinganoi." (MOONEM, 2011, p.9)

apareceram pela primeira vez na Europa no século XV, onde se apresentaram como peregrinos e leitores da sorte; viajantes exóticos, de pele escura e de aparência não muito agradável para o padrão da sociedade, liderados por homens que se intitulavam condes, príncipes e capitães.

Esses aspectos históricos ainda hoje são percebidos no imaginário que cerca esse grupo. Na atualidade vislumbramos que os ciganos são fortemente estigmatizados devido aos fluxos históricos anteriores. Uma das problemáticas que compreendemos atualmente no estudo, é a de sinaliza-los como, grupos não-estáticos, sendo grupos que se constituem numa dinâmica específica, e por isso não devem ser estudado como com base em processos históricos anteriores (que não sejam avaliados na contemporaneidade).

Para pensar um pouco o cenário atual, realizamos algumas incursões ao meio onde habitam esses ciganos, em Patos, Souza, e visitamos os ciganos que residem em Campina grande. Percebemos que há mudanças nos cenários apresentados nas etnografias realizadas por outros pesquisadores, pois os panoramas da atualidade são distintos, dos que foram apresentados anteriormente.

Realizamos algumas conversas com os moradores de Sousa, Patos e Campina Grande. Com isso, compreendemos visões bastante distintas, tratando-se de universos espaciais próximos, de modos de interação entre ciganos e não ciganos bastantes divergentes.

Em Sousa, percebe-se que os ciganos são figuras assinaladas por grande parte da população, não há uma situação de invisibilidade, inversamente, podemos indicar que atualmente há um "movimento de integração" entre ciganos e não ciganos. Isso não quer dizer que os ciganos estão passando por um processo de assimilação, pelo contrário, a "calonidade" não se configura em uma "lista de atributos", mas num processo de "fazer-se", numa forma de agir "em construção". Uma continua reinvenção que nunca irá se dar por completo, por definição. Mais do que perceber o que as aparências dos ciganos "escondem" é preciso descrever o que elas fazem.

Esse quadro que nos foi revelado será investigado com mais profundidade posteriormente, contudo mesmo sendo um breve olhar, e como bem sabemos, o discurso é capaz de esconder o que realmente se sente, é válido afirmar que em Sousa o imaginário da população vem se resignificando.

Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existentes na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo imaginário ou fantasiado sobre sua unidade (HALL, 2011, p. 42-43).

O contexto de Patos, por sua vez, se apresenta de modo peculiar, os ciganos que ali vivem praticamente não são identificados como tal, a grande maioria da população ignora a sua presença, quadro que, mesmo atualmente, diverge da situação encontrada em Sousa. Percebeu-se assim, uma variação nas percepções das pessoas pelos bairros em que moram. Tão mais periférico, mais visível, tão mais elevado, mais desconhecido. Atribuímos para essa situação, o “camuflamento”, que nada mais é um mecanismo de defesa diante de uma sociedade que rejeita a condição de “ser cigano”.

Na cidade de Campina grande após trinta anos dos acontecimentos que marcaram os ciganos nessa cidade, a população evita, ou teme falar sobre os assuntos ocorridos na década de 80. Entendemos que essa situação é fruto das notícias sensacionalistas dos jornais, que no período, colocava/ ligava ou relacionava qualquer fato que ocorresse na cidade, aos ciganos. Percebemos por exemplo no Diário da Borborema de 09 de junho de 1994, a notícia intitulada “ciganos acusados de levar pânico aos moradores do bairro do catolé”.

Moradores das proximidades do terminal rodoviário Argemiro de Figueiredo denunciaram ontem que os ciganos estabelecidos no local estão levando pânico a população. Cerca de 70 ciganos estão acampado no local há varias

semanas vindos da cidade de Caruaru(PE). Eles negam as denúncias e afirmam que as reclamações são fruto do preconceito destas pessoas.

– Não estamos aqui para fazer o mal a ninguém – afirma o líder dos ciganos Expedito Pereira de Lima.

As condições de habitação no local são péssimas. A comida é feita ao ar livre e não existe água para as necessidades. Os ciganos pedem ajuda dos políticos e afirmam (mostrando o título de eleitor) que votam na Paraíba. Expedito mostra também cartas de recomendação de prefeitos, deputados e até de um juiz atestando sua honestidade.

Apesar das denúncias contra os ciganos veiculados nas emissoras de rádio da cidade, nenhuma queixa formalizada na central de polícia contra eles. O superintendente de polícia, Olimpo Oliveira afirmou que a constituição Federal dá garantias de liberdade a todas as pessoas. (Jornal Diário da Borborema 09 de junho de 1994)

Compreendemos a partir do fragmento da notícia, que mesmo não existindo nenhuma queixa formalizada contra os ciganos, esses eram vítimas do medo e terror por parte da população. Por experimentarem desses sentimentos, a sociedade acaba por produzir estereótipos que, por conseguinte produz denúncias infundadas contra esses grupos. Por outro lado, compreendemos que não só em 1994, mas ainda hoje os ciganos precisam afirmar sua honestidade diante do discurso de outras pessoas, pois a população interiorizou com grande dimensão, as imagens passadas pelos jornais e rádios, que a honestidade desses grupos na atualidade ficou corrompida e eles próprios não conseguem assegurá-la. Portanto entendemos que a mídia teve um grande poder de persuasão sobre a população campinense na década de 80 e 90.

Com base nas notícias que encontramos nos jornais sobre os ciganos que residiram em Campina Grande, questionamos alguns moradores da cidade, e percebemos que os ciganos não são reconhecidos, apesar de existirem na cidade

(num grupo ainda não contabilizado). Mais do que isso, a história dos ciganos além de ser encoberta, não é transmitida, e quando é, a forma vem a ser através de conversas restritas. Os mais velhos (mais de 40 anos), quando indagados sobre acontecimentos do passado que envolvia tais grupos, se recusam a relatar o que incidiu, sempre apontando: "era uns ciganos ricos, mas não quero falar sobre isso", ou ainda, "uns ciganos ricos, mas todos morreram". Fica claro que os fatos e a forma com que as notícias foram abordadas, além de fortalecer um imaginário já formulado, produziu um verdadeiro temor. Logo ser cigano em Campina Grande, mais do que em qualquer outro lugar da Paraíba, representa uma associação com o que há de mais negativo.

Na atualidade os ciganos são vistos pela população de Campina Grande como grupos estáticos, tendo ainda a imagem de "andarilhos, ladrões, vagabundos" e o mais interessante é que essas características são nominadas a todos estes indivíduos, como numa forma natural do cigano. Entendemos segundo Barros Junior (2011) que esses grupos são relacionais e dessa forma cada cultura ou sociedade, em locais diferentes, em épocas distintas, elege certos elementos culturais como predominantes. Tais traços acentuados é que irão identificar um grupo ou sociedade. Assim, não há critérios culturais definidores de identidades étnicas, pois ser cigano não é apenas aquele que possui características culturais em comum (vestimentas, comportamento, língua). Mas aquele que se identifica e é identificado enquanto pertencente ao grupo cigano. Existem ciganos que não possuem características culturais em comum e, no entanto, se reconhecem e se identificam enquanto cigano. Já que tais constructos específicos podem mudar ao longo do tempo. (CUNHA, 1986).

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombos e as novas etnias**. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV; Co-edição: ABA, 2002.

_____. **Quilombos**: repertório bibliográfico de uma questão redefinida (1995-1996). São Luís, MA: [s.d.], 1997.

_____. **Terras de preto, terras de santo, terras de índio** - uso comum e conflito. Belém: NAEA/UFPA, 1989.

ARANTES, Antonio Augusto, RUBENS, Guilherme Raul & DEBERT, Guita (orgs.). **Desenvolvimento e direitos humanos**: a responsabilidade do antropólogo. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1992.

ARRUTI, José Maurício P. A. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru, São Paulo: Edusc, 2006.

BARTH, Fredrik. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. In: POUTIGNAT & STERIFF-FENART. Teorias da Etnicidade. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Trad. De Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1988.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. (201-229)

BERREMAN, Gerald. **Por detrás de muitas máscaras**. Etnografia e controle de impressões. In: ZALUAR, A. Desvendado Máscaras Sociais. Rio de Janeiro: Zahar Editora. 1978.

BOAS, Franz. **Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**: texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais N^os 1/92 a 45/2004 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão N^os 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005.

- CHAGAS, Miriam de Fátima. **A política do reconhecimento dos “remanescentes das comunidades dos quilombos”**. Horizontes Antropológicos, ano 7, n. 15, p. 209-235, 2001.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil: Mito, Historiografia, Etnicidade**. São Paulo: Editora Brasiliense/Edusp, 1ª Edição, 1986.
- FERRARI, Florencia. **O mundo passa: uma etnografia dos Calon e suas relações com os brasileiros**. São Paulo, 2010. Tese (Doutoramento em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo.
- FONSECA, Isabel. **Enterre-me em pé: os ciganos e sua jornada**. São Paulo: Companhia das letras, 1996.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.
- GOLDFARB, Patrícia. **O “tempo de atrás”**: um estudo da identidade cigana em Sousa: PB. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) - UFPB CCHLA PPGS.
- GUBER, Rosana. **El salvaje metropolitano: reconstrucción del Conocimiento Social en el trabajo de Campo**. Buenos Aires: Editorial Paidós, 2004.
- HANNERZ, Ulf. **Fluxos, Fronteiras, Híbridos: Palavras – chave da Antropologia Transnacional**. Mana, Rio de Janeiro: Três, 1997
- HOBSBAWN, E. **Introdução**. In: E. Hobsbawn e T. Ranger. A invenção das tradições. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- MATTA, Roberto da. **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**. Petrópolis. 1981.
- MARCUS, G. 1991. **Identidades Passadas, Presentes e Emergentes: Requisitos para Etnografias sobre a Modernidade no Final do Século XX ao Nível Mundial**. Revista de Antropologia. São Paulo, n. 34, 1981.
- MELO, Paula Bauduino. **Análise da mobilização política das comunidades remanescentes de quilombos**. VII RAM – UFRGS, 2007.

MOONEN, Frans. **Ciganos Calon no sertão da Paraíba, Brasil**. Cadernos de Ciências Sociais, n. 32, 1994.

_____. **Anticiganismo**: os ciganos na Europa e no Brasil. 3ª ed. Recife: s/e., 2011.

O'DWYER, Eliane Cantarino (Org). **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV; Co-edição: ABA, 2002.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma Etnologia dos 'Índios Misturados'?** Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais" In: OLIVEIRA FILHO, J. P. de. A Viagem da Volta. Etnicidade, Política e Reelaboração Cultural no Nordeste Indígena. Rio de Janeiro, Contra Capa, 1999.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

POUTIGNAT, P. e STREIFF-FENART, J. **Teoria da Etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998.

SANT'ANA, Maria de Lourdes. **Os ciganos**: aspectos da organização social de um grupo cigano em Campinas. São Paulo: FFLCH/USP, 1983. (Antropologia, 4)

SEYFERTH, G. **Grupo Étnico**. In: SILVA, B. (Org.) Dicionário de Ciências Sociais. 2 ed. Rio de Janeiro, FGV, 1987.

SILVA, O. S.; LUZ, L.& HELM, C.M.V. (Orgs.) **A perícia antropológica em processos judiciais**. Florianópolis: UFSC, 1994.

SULPINO, Maria Patrícia Lopes. **Ser viajor, ser morador**: uma análise da construção da identidade cigana em Sousa – PB. 1999. Dissertação (Mestrado em antropologia social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

TRAJANO FILHO, Wilson & RIBEIRO, Gustavo Lins (Orgs.). **O campo da antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Contra Capa / ABA, 2004.

VICTORA, Ceres; OLIVEN, Rubens George; MACIEL, Mª Eunice & ORO, Ari Pedro (orgs.). **Antropologia e Ética**: o debate atual no Brasil. Niterói: Ed. UFF / ABA, 2004.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora da UnB, 2004.

Jornal consultado

Jornal Diário da Borborema

Campina Grande, 29 de Abril de 1980.

Campina Grande, 27 de Abril de 1980.

Campina Grande 04 de Julho de 1980.

Campina Grande, 18 de Fevereiro de 1990.

Campina Grande, 09 de junho de 1994.

Campina Grande, 28de Junho de 1995.

Sites

www.ch.ufcg.edu.br/leme

www.cfh.ufsc.br/nuer

<http://encontro cigano.multiply.com/journal/item/9>

www.laced.mn.ufrj.br

www.koinonia.org.br

www.palmares.gov.br